

**As instalações do Arquivo
Municipal no Arco do Cego:
evolução histórica e perspectivas futuras**

Rui Pedro Pereira

O presente artigo surge como resultado de uma investigação sobre as instalações do Arquivo Municipal existentes no Arco do Cego e cujo propósito é o de determinar as circunstâncias e de que forma se processou a sua passagem de depósito a Arquivo. Visam as páginas que se seguem, dar um pequeno contributo para o estudo da evolução histórica do Arquivo Municipal.

O processo de instalação de um depósito do Arquivo Municipal no Bairro Social do Arco do Cego começa-se a desenhar nos inícios de 1930. No entanto, torna-se necessário recuar alguns anos para podermos contextualizar não só a escolha do local, mas também os verdadeiros motivos que levaram a esta necessidade.

Vejamos com atenção o ofício do Chefe da Secretaria-Geral:

Exmo. Snr. Presidente da Comissão Executiva

Estando a proceder aos atados da documentação do arquivo existente no Paço de S. Vicente, constatei que essa documentação se está deteriorando pela humidade que ressuma das paredes, a ponto de alguma se encontrar já estragada (...).

No prédio adquirido pela Câmara ao Crédito Predial, no terceiro pavimento, na ala direita, existe uma casa com a superfície aproximada de 100 m² em cimento armado, livre, por isso, do perigo de fogo - e onde, com as três casas que lhe dão ingresso, acomodava, e bem, não só toda a documentação aludida, mas ainda a que se encontra no Pátio do Geraldês (...).

Para o sótão do edifício estou eu já fazendo o transporte do que se encontra nestes Paços do Concelho e que não pode continuar onde está. São os documentos da despesa camarária, documentos esses de grande importância, e que têm andado aos trambolhões da sorte, não obstante os meus clamores.

Por várias vezes tenho pedido providências.

Aqueles documentos precisam de ser bem acautelados, pois interessam à vida administrativa da cidade.

Documentos únicos precisam catalogar-se, pôr-se em ordem e arrumar-se convenientemente.¹

Neste ofício podem-se realçar dois aspectos que irão marcar este período do denominado Arquivo Administrativo: em primeiro lugar, a preocupação pela preservação de toda a documentação e em segundo lugar, a necessidade de se encontrar um espaço físico em que essa documentação possa ser acomodada. Na realidade, esta transferência da restante documen-

¹ Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.]. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Câmara Municipal de Lisboa.

tação não chegou a ser efectuada porque num ofício datado de 10 de Janeiro de 1927 podemos constatar o seguinte: "*Em virtude da recente mudança da documentação que estava depositada no antigo edifício do Crédito Predial e no de S. Vicente para o Pátio do Geraldês, não se encontra esta presentemente em condições de ser consultada*".² Daqui se pode concluir que o pedido feito anteriormente não surtiu efeito e que a documentação pertencente ao Arquivo Administrativo começou uma viagem que, nos dias de hoje, ainda não terminou.

O Chefe do Arquivo Geral reforça a sua posição num ofício, datado de 13 de Janeiro de 1927, onde afirma claramente: "*Uma e outra documentação foram para o Pátio do Geraldês onde não havia, nem há, salas acomodadas para a receber.*

Este facto e a urgência com que foi ordenada a remoção deu origem a que ficasse a documentação amontoada, em pilhas e sem ordem possível".³

No sentido de explicitar esta questão torna-se necessário recuar alguns anos para apreendermos não só a dimensão da documentação existente, mas também a própria orgânica dos serviços.

No Projecto de Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa, de 1919, surge, pela primeira vez, a criação do Arquivo Administrativo e a sua dependência da Secretaria-Geral (artigo 74º). No artigo 79º pode-se ler: "*Os serviços da repartição distribuem-se por três secções: (...) 3ª secção - Arquivo*". E, mais adiante são explicitadas claramente as suas funções:

"Compete à 3ª secção - Arquivo - a arrumação ordenada, catalogação e conservação de todos os processos findos, e subdivide-se em:

1ª Subsecção - Arquivo histórico - que compreende toda a documentação até a implementação do regime monárquico constitucional.

2ª Subsecção - Arquivo administrativo - onde se compreende toda a documentação desde 1834.

3ª Subsecção - Arquivo do notariado municipal".⁴

² Ofício nº 4, Processo 3741/926, Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.]. Note-se que o Arquivo Administrativo é, desta forma, entendido como um serviço responsável pela conservação, organização e comunicação dos documentos de arquivo sendo a sua maioria de consulta esporádica ou nula pelos serviços produtores.

Vid., a este propósito, ALVES, Ivone, [et.al.] - *Dicionário de terminologia arquivística*. 1ª ed. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. ISBN 972-565-146-4.

³ Ofício nº 5, Processo 3741/926. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.].

⁴ *Regimento da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1919. p. 117-118.

"Esta distinção conceptual e respectivo enquadramento orgânico que coloca cada um dos Arquivos sob tutela de Serviços diferentes"⁵ continua visível com as sucessivas reorganizações dos Serviços de 1921, 1923 e 1926.

Na conjugação destes elementos podemos começar a desenhar o percurso da documentação existente, actualmente, no pólo do Arquivo no Arco do Cego. No entanto, torna-se necessário acrescentar mais alguns elementos e que dizem respeito aos Paços do Concelho. De facto, na reconstrução do edifício "uma das condições impostas ao arquitecto Domingos Parente, autor do projecto aprovado, foi a de não tocar na sala abobadada, destinada ao Arquivo, em virtude de a mesma oferecer maior segurança para a conservação dos documentos de significado histórico. Em Julho de 1875, voltou o Arquivo a instalar-se definitivamente na sala abobadada após as modificações efectuadas, em 1890, pelo arquitecto da Câmara José Luís Monteiro que desenhou o seu mobiliário e a galeria da varanda de ferro."⁶ Mas, em 21 de Maio de 1927, num ofício dirigido ao Chefe da 3ª Repartição pelo Chefe do Arquivo Geral dos Paços do Concelho afirma-se: " (...) se proceda à reparação urgente dos pavimentos de duas dependências deste Arquivo Geral, cujo deplorável estado a torna absolutamente inadiável sob todos os pontos de vista"⁷. Esta situação arrastou-se e só na sessão de 15 de Setembro de 1932, da CML, é que são propostas e autorizadas as obras de reparação e conservação. Estas obras são executadas como se pode comprovar num ofício dirigido ao Senhor Luís de Macedo, Vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa e em que se afirma: "*Tenho o meu Arquivo em revolução. Andamos com a documentação de um lado para o outro, conforme exigência das obras.*"⁸

Em 22 de Janeiro de 1928 celebra-se a escritura de cedência à Câmara Municipal de Lisboa do Palácio das Galveias e terrenos anexos, surgindo, deste modo, um novo elemento nesta viagem. De facto, em 24 de Maio de 1928, num ofício dirigido ao Senhor Pereira Lopes, Vogal da Comissão Administrativa, afirma-se o seguinte: "Quer V. Ex.^a. colocar no ex-palácio Galveias a documentação deste Arquivo existente no sótão destes Paços do Concelho e edifício Geraldês. Creia-me V. Ex.^a. que essa medida de unificação por tantos títulos necessária e que há tão longo tempo inutilmente pedia, vem acautelar documentos que doutra forma se inutilizariam sem remédio."⁹ Esta transferência da documentação concretiza-se e, na sessão de

⁵ VIEGAS, Inês Morais - O Arquivo Municipal de Lisboa no tempo: modelos de gestão e organização. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. ISSN 0873-9870. N.º 6 (2002), p. 101-111.

⁶ A este propósito, vid: AMARAL, Lia Arez Ferreira - *O Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1982. Estudo apresentado para efeitos de concurso à categoria de assessor à Câmara Municipal de Lisboa.

⁷ Ofício n.º 58. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.].

⁸ Ofício sem número 20 de Março de 1934. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.].

⁹ Ofício n.º 50. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.].

18 de Outubro de 1928, da CML o Chefe de Repartição Sr. Vieira da Silva é encarregado da instalação do Arquivo Municipal no antigo Palácio Galveias e é confirmada pelo officio, datado de 24 de Outubro de 1928, onde se pode ler: "(...) e que hoje me dizem ter sido transferida para o Palácio das Galveias."¹⁰

Desta forma, podemos concluir que a documentação sofreu, pelo menos, quatro transportes em menos de 5 anos¹¹. Convém realçar que esta documentação foi produzida por diversos serviços da CML e dada a multiplicidade de funções atribuídas à Secretaria-Geral, desde a simples passagem de uma certidão para um processo de aposentação de um funcionário à necessidade de consulta de uma escritura em que a CML era parte interveniente, é evidente que se trata de uma documentação que era frequentemente requisitada, pelo que a sua organização era fundamental.

Na verdade, o que parecia o fim da viagem da documentação não é mais do que um simples apeadeiro.

Em 1927, celebra-se a escritura de transferência e aquisição do Bairro Social do Arco do Cego pela Câmara Municipal de Lisboa. Na história deste Bairro convém distinguir três momentos distintos: o primeiro, de 1919 a 1927 com o seu início e sob tutela do Ministério do Trabalho (ver fig.1); o segundo, de 1927 a 1932 em que a responsabilidade de continuar e concluir a



Figura 1

construção do Bairro pertenceu à Câmara Municipal de Lisboa e o terceiro, em que a Administração Central chama a si novamente a responsabilidade sobre o Bairro, num contexto de centralização das funções do Estado e de aposta em obras de grande vulto que irão caracterizar a fórmula governativa. É, sobretudo, o segundo momento que nos interessa.

¹⁰ Ofício n.º 105, Processo n.º 11.279/928. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de officios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.].

¹¹ "(...) Ao Palácio Galveias foi parar: o pouco opulento recheio bibliográfico das três bibliotecas extintas que deitavam apenas 10.088 volumes, e com as espécies vindas dos Paços do Concelho, somavam 16.774 volumes; essa parte do desordenado arquivo que, por falta de instalações, andava há anos a monte; e os desconhecidos objectos com que havia de compor-se o núcleo formador de um Museu Municipal", vid. LEITÃO, Joaquim - Apontamentos para a história das Bibliotecas Municipais de Lisboa. *Anais das Bibliotecas Arquivo e Museus Histórico*. Lisboa. Vol. 1 (1931), p. 6.

Na documentação existente no pólo do Arquivo Municipal de Lisboa no Arco do Cego, como salientou Arménio Tojal¹², encontram-se algumas pistas quanto à data de ocupação, pelo Arquivo, do edifício hoje existente. No entanto, é possível sermos mais exactos na descrição da viagem da documentação.

Em 13 de Janeiro de 1932, num ofício dirigido ao Inspector das Bibliotecas, Arquivo e Museu Municipal no Palácio Galveias¹³, o Chefe do Arquivo Geral escreve: "*envio a V. Ex.^a. a documentação constante das três relações juntas, uma respeitante a documentação vinda da 2.^a Repartição - Expediente e Contadoria - uma respeitante à 2.^a Repartição, Secção de Licenças e uma respeitante a documentação vinda do expediente da Secretaria Geral (...). V. Ex.^a. ordenará que toda esta documentação se integre na já existente no Arquivo que aí se encontra e de que esta é seguimento*".¹⁴

Em 21 de Março de 1932 o mesmo Chefe do Arquivo Geral escreve: "*Como neste Arquivo Geral eram negativas as buscas (...) quis ver os documentos inclusos dessa ordem, o que me foi impossível não obstante ter mandado a Galveias um empregado deste Arquivo ajudar a fazer pesquisas no mare magnum da documentação a monte no Depósito do Arco do Cego*"¹⁵.

Pela análise destes dois documentos é possível concluir que em 1932 já existiria documentação no edifício que é actualmente ocupado pelo Arquivo do Arco do Cego. Mas, a viagem não terminou aqui porque a verdade é que, apesar de termos conseguido encontrar uma data e termos uma ideia da documentação que já se encontraria neste Arquivo, subsistia a dúvida quanto ao volume dessa documentação e o espaço físico que era realmente ocupado.

Em sessão, de 11 de Abril de 1933, da CML, o Sr. Luís de Macedo elabora a seguinte proposta que é aprovada: "*(...) Como V. Ex.^{as}. sabem, o Arquivo da Câmara é, pela sua natureza, o repositório, não só de toda a vida municipal, mas, notoriamente, da história do próprio Município. (...) Assim, por uma lista que pedi ao Chefe do Arquivo, pude apurar que as requisições, feitas até ao fim do ano de 1932, por resgatar, atingem um total de 1640. Muitos dos documentos requisitados não são, como à*

¹² Vid. figura 1.

¹³ "(...) foram encontrados, em notas manuscritas, nos registos de Materiaes Recebidos referentes aos meses de Abril e Maio de 1930, diversas recepções de madeira para a adaptação de um edifício a arquivo, seguramente, atendendo às quantidades, para forrar as diferentes salas de depósito de estanteria ainda hoje em uso". Cfr. TOJAL, Arménio - O Arquivo Municipal de Lisboa: Arco do Cego. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. ISSN-0873-9870. N.º 3 (1999), p.135

¹⁴ "(...) Art. 42 - No Palácio Galveias ficará instalado o Arquivo Geral, e nos Paços do Concelho o Arquivo Administrativo (...)", Sessão de 24 de Dezembro de 1931. *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. N.º 256, Ano V.

¹⁵ Ofício n.º 42, Processo n.º445/932. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.].

primeira vista podia supor-se, documentos singelos; trata-se, também, de processos, alguns dos quais com vinte, trinta e cinquenta peças, todos eles, por certo, dizendo respeito à vida municipal, e alguns até, estou disso convencido, possuindo certo valor histórico. As requisições que estão por resgatar vêm desde 1864. (...) Proponho: 1º - Para que toda a documentação requisitada no Arquivo até ao fim do ano próximo passado, dê entrada no referido arquivo até ao dia 29 do corrente mês¹⁶."

Após a consulta de vários ofícios e correspondência trocada entre os diversos serviços podemos concluir que existiu um enorme esforço nesta tentativa de recuperação da documentação que se encontrava dispersa, traduzindo-se num avolumar de trabalho a tal ponto que o Chefe do Arquivo Geral declina o convite que lhe é dirigido para substituir o Chefe da Secretaria-Geral.

Em sessão da Comissão Administrativa da CML de 11 de Maio de 1933, o Sr. Luís de Macedo apresenta, à consideração da referida Comissão, numa exposição onde se traça uma breve resenha histórica sobre a evolução dos Serviços Municipais, a proposta da criação de um Pelouro dos Serviços Culturais e que teria, entre outras funções, a de: "Fundar o Arquivo Histórico Municipal e estabelecer o seu funcionamento."¹⁷ Neste sentido, "A Comissão Administrativa resolveu, por unanimidade, aprovar em princípio, a ideia contida nesta exposição, para ser apreciada no estudo da reorganização dos serviços camarários".¹⁸

De facto, na Organização de Serviços, em 22 de Março de 1934, encontramos o Arquivo Geral como a 4ª secção da Secretaria-Geral e o Arquivo Histórico dependendo do Inspector dos Museus, Bibliotecas e Arquivo Histórico, Pelouro dos Serviços Culturais. Nesta organização deparamos, pela 1ª vez, com a divisão da documentação por "colecções", divisão essa meramente funcional, em que se definem os prazos de conservação da documentação no Arquivo Geral e conseqüente envio ao Arquivo Histórico e com os procedimentos a que se deve obedecer nos casos em que a documentação pode ser eliminada. É de realçar que a divisão por "colecções" é comum aos dois Arquivos permitindo que, findos cinquenta anos, a documentação a enviar ao Arquivo Histórico integrasse as "colecções" aí existentes.

Em 16 de Agosto de 1934, num ofício do Chefe do Arquivo Geral afirma-se: "A papelada (?) que deste Arquivo foi para o Arco do Cego em 5 camionetas nos dias 30, 31 de Julho e 1 de Agosto corrente, era na maioria referente ao Arquivo Administrativo"¹⁹.

¹⁶ Sessão de 11 de Abril de 1933. *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. Nº 327, Ano VII, p. 10-11.

¹⁷ Sessão de 11 de Maio de 1933. *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. Nº 331, Ano VII, p. 25.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 26.

¹⁹ Ofício nº 185, Processo nº1208/34. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego]. Copiador de ofícios e informações prestadas pelo Arquivo Geral sobre diversos assuntos (1925-1934) [1 cx.].

Em sessão de 20 de Dezembro de 1934 é aprovada a forma como a documentação deve ingressar no Arquivo Geral. Assim, o Sr. Luís de Macedo "*Considerando que a documentação do Arquivo Geral desta Câmara, deve estar sempre ordenada, resguardada e acautelada, pois é a fonte precisa e única onde de presente e de futuro se pode documentar a vida administrativa deste Município (...)*;

Tenho a honra de propor:

1.º - *Que toda a documentação que entra no Arquivo Geral, de qualquer natureza que seja, só pode ser recebida, vindo: em livros bem conservados e harmónicos com os já existentes no Arquivo da mesma natureza; em caixas devidamente etiquetadas exteriormente, com suas datas e números de referência bem visíveis, e harmónicas com as já arquivadas; em pastas bem ordenadas e bem seguras por cordões fortes, com as etiquetas externas bem legíveis e com os seus números de referência, também harmónicas com as já existentes e todos e cada um dos documentos em bom estado de conservação e limpeza, sem rasgos ou nódoas.*

§ único - *Esta documentação entrará no Arquivo, acompanhada da Guia respectiva e seu duplicado. Neste, o Chefe do Arquivo Geral porá o seu visto, se a documentação vier conforme o que se determina neste número.*

2.º - *Que todos os livros findos - Actas - Escrituras - Contratos - Registos, etc. - em qualquer época do ano em que se encerrem, sejam imediatamente remetidos ao Arquivo Geral, com toda a documentação que lhes respeita e com seus índices bem especificados.*

3.º - *Que todas as requisições de processos, de legislação e outros que se façam ao Arquivo geral, indiquem bem claramente: o assunto de que se trata, o motivo porque é feita a requisição, o número do processo e caixa, o nome do requisitante e o visto do Chefe responsável. A falta de qualquer destas formalidades, origina a devolução da requisição.*

§ único - *Estas requisições são válidas só por três meses. Findo este prazo, serão resgatadas ou renovadas por motivo bem justificado.(...)*

5.º - *Que, na capa última do processo requisitado, seja aposto, no Arquivo Geral, um carimbo que diga: Requisitado em ... de ...19... Requisição n.º... Voltou em ...de...19... ficando assim historiado o movimento e o interesse deste processo.*

*Estas disposições ou determinações, entram imediatamente em vigor, ficando responsáveis pelo seu cumprimento imediato e sucessivo, os Chefes dos Serviços, a quem cumpre fazê-las observar com rigor."*²⁰

Apesar de longa, a transcrição desta proposta ilustra claramente, não só a preocupação com a organização e funcionamento do Arquivo, mas também, e sobretudo, a preservação da documentação devido ao seu valor histórico.

²⁰ Sessão de 20 de Dezembro de 1934. *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. N.º 416, Ano VIII, p. 10-11.

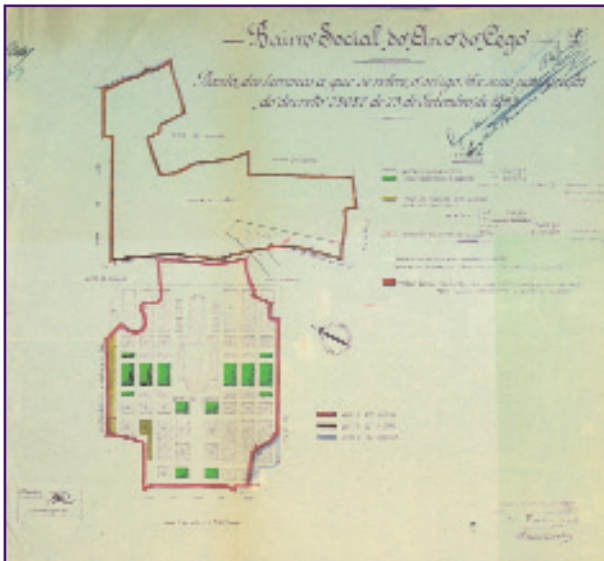


Fig. 2 - Documento anexo à escritura. AML-AC, ADMG-N/2/00936

Em sessão de 22 de Agosto de 1935 é aprovada uma proposta de um orçamento no valor de 26.000\$00 respeitante a uma obra de adaptação de uma parte do edifício do Arco do Cego a Arquivo Municipal.

As volumosas transferências de documentação levam a que, na Ordem de Serviço n.º 62, publicada no Diário Municipal de 18 de Setembro de 1935, se afirme: "*Tornando-se necessário proceder à ordenação e catalogação da parte do Arquivo Municipal, existente nas dependências municipais do Bairro Social do Arco do Cego, determino que este serviço seja dirigido pelo Tenente-Coronel, Sr. António Júlio Belo de Almeida, que acumulará com o exercício das funções de Chefe Interino da Secção de Pessoal*"²¹. É publicado no

mesmo Diário Municipal o louvor do Sr. Tenente-Coronel António Júlio Belo de Almeida devido à sua competência, zelo e dedicação ao serviço camarário.²²

Em 9 de Setembro de 1937 é celebrada a escritura de venda do Bairro do Arco do Cego pela CML ao Estado, salvaguardando-se o Arquivo e a fábrica de cerâmica Luzitânia (ver fig.2).

Nesta altura, começamos a ter a noção de que a documentação remetida para o pólo do Arco do Cego era muito volumosa e para a sua organização, catalogação e acondicionamento foram necessários meios humanos com diferentes requisitos tais como: escriturário, arquivistas ou paleógrafos, o que podemos comprovar pela leitura das actas de sessão da CML. E o espaço físico? Pelo que foi exposto ainda nada se concluiu acerca da realidade espacial do Arquivo do Arco do Cego. Na verdade, sempre se assumiu que todo o edifício seria ocupado pelo Arquivo dadas as informações que existiam. Mas, pensamos que não terá sido sempre assim e é nossa convicção que o Arquivo do Arco do Cego, que aparece referido neste período, ocupava unicamente o último piso do edifício podendo existir alguns gabinetes ao nível do rés-do-chão. Tal convicção confirma-se quando somos confrontados com a existência de um concurso, publicado no Diário Municipal de 14 de Maio de 1952 referente à construção de prateleiras no Arquivo Geral do Arco do Cego (Rua Arnaldo Gama, 7)²³. Tendo em atenção

²¹ ORDEM DE SERVIÇO n.º32. *Diário Municipal*. (25 Set. 1935) p. 8.

²² Este serviço eventual que o Sr. Tenente-Coronel Belo de Almeida foi incumbido de realizar no Arquivo Municipal do Arco do Cego teria, pela alínea 4) do artigo 12.º, capítulo 4.º, 1.ª Repartição - Secretaria Geral do Orçamento de 1936, a remuneração mensal de 1500\$00. Na consulta do seu processo individual constata-se que este serviço eventual, tal como outros por si prestados à CML nunca foram pagos. É dispensado em 1 de Fevereiro de 1939 sem qualquer motivo justificativo. Esta atitude da CML aliada ao facto de não ter recebido quaisquer remunerações pelos serviços eventuais por si prestados motivou o processo n.º 397, cuja decisão final é do Supremo Tribunal Administrativo e que em 5 de Novembro de 1941 decide: "Nos termos do artigo 297.º do Código de Processo Civil, julgo deserto o recurso". Nesta data, o Sr. Tenente-Coronel António Júlio Belo de Almeida já tinha falecido.

²³ Esta morada é a do Arquivo do Arco do Cego, sendo alterada para Rua Nunes Claro n.º 8 pelos editais de 31 de Dezembro e de 30 de Dezembro de 1955. O edital de 30 de Dezembro altera a numeração e o de 31 de Dezembro altera o nome da rua visto que com a construção da escola municipal dividiu-se em duas a Rua Arnaldo Gama.

o respectivo caderno de encargos facilmente concluímos que esta obra vai completar e terminar aquela que se teria iniciado nos anos 30, possibilitando o aumento de espaço disponível para a arrumação não só de toda a documentação existente anteriormente, mas também de toda a documentação que continuou a ingressar.

Em 1968, o Arquitecto António Pedro Baptista Pardal Monteiro entrega, na Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras, o projecto para a ampliação do Arquivo situado na Rua Nunes Claro, n.º.8 (ver fig. 3 e 4).

No Diário Municipal de 18 de Outubro de 1969 é publicado o seguinte concurso: "Empreitada n.º. 231/69 - Ampliação do Arquivo Municipal do Bairro Social do Arco do Cego". Nas actas das sessões da CML dos anos de 1970, 1971 e 1972 verifica-se que a obra foi adjudicada a António Pereira de Campos, Lda., não tendo sido possível, ainda, determinar as razões que levaram ao abandono do projecto do Arquitecto Pardal Monteiro e quais foram as obras realizadas nessa altura. No entanto, numa nota de serviço interno pode-se constatar que estas obras foram suspensas em 17 de Setembro de 1970 por não ser "permitido fazer sapatas na via pública."²⁴

A viagem da documentação pertencente à CML ainda não terminou. Após várias vicissitudes ao longo dos anos, na 72ª Reunião Pública da CML, em 18 de Fevereiro de 2004, é apresentada e aprovada a proposta n.º 90/2004, subscrita pelo Sr. Presidente e pela Sr.ª Vereadora Maria Manuel Pinto Barbosa, em que se celebra o contrato-programa entre o Município de Lisboa e a EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa para execução do projecto da Biblioteca Central e Arquivo Municipal de Lisboa, localizado no Vale de St.º. António, bem como a constituição de um consórcio entre o Município de Lisboa e a EPUL para a realização da correspondente empreitada.

Em 8 de Setembro de 2005 é lançada a primeira pedra da futura Biblioteca Central e Arquivo Municipal de Lisboa, embora até ao momento apenas se encontre a ser construído o muro de sustentação de terras. No entanto, e a título de curiosidade, já nos Anais do Município de Lisboa, referentes a 1968, afirma-se que foi confiado ao Arquitecto Pardal Monteiro o anteprojecto para a construção de um grande edifício destinado à instalação de todos os Arquivos Municipais a construir no Bairro da Cruz Vermelha²⁵.



Figura 3 e 4.

²⁴ Caixa n.º 36/V. Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. [Arquivo do Arco do Cego].

²⁵ *Anais do Município de Lisboa: 1968*. Lisboa. (1969). p. 165.